

Quarta vaga dos feminismos: Desafios para os estudos culturais

Fourth wave of feminisms: Challenges for cultural studies

Ana Sofia Pereira¹

Carla Cerqueira²

Célia Taborda³

RESUMO: Os feminismos, como campo de pesquisa dos estudos culturais, têm lançado a este domínio científico desafios permanentes. Este ensaio foca-se no repto que a quarta vaga dos feminismos representa, através de três das suas características-chave: interseccionalidade, ativismo *online* (feminismo *hashtag*) e temporalidade afetiva. A interseccionalidade desempenha um papel central nos feminismos da quarta vaga, desconstruindo conceções binárias de género, enfatizando a natureza interseccional das identidades, e contribuindo para um maior conhecimento das experiências

¹ Ana Sofia Pereira é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (2020), com Doutoramento Europeu (especialização em Cinema e Argumento) e uma estadia na University of Reading. É docente do ensino superior, subdiretora da Licenciatura em Comunicação Aplicada na Universidade Lusófona desde 2025, investigadora integrada no CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias desde 2022, e boldeira de pós-doutoramento no projeto “FEMglocal – Movimentos feministas glocais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021). As suas áreas de investigação incluem estudos de género, cinema, comunicação digital e inclusão. É autora de artigos científicos e capítulos de livros publicados em contextos nacionais e internacionais e participa regularmente em conferências académicas. Paralelamente à atividade académica, desenvolve prática profissional como argumentista e script doctor, tendo sido distinguida em programas competitivos do ICA para o desenvolvimento de conteúdos audiovisuais, integrando investigação e criação na sua trajetória científica e pedagógica. ORCID: 0000-0003-1829-0205

² Carla Cerqueira é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (2012), Professora Associada na Universidade Lusófona, diretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos e investigadora integrada no CICANT. As suas áreas de investigação incluem género, feminismos, ativismo, interseccionalidade, media e comunicação. Tem publicado em revistas e livros nacionais e internacionais e participado em conferências e em projetos de investigação e de prática profissional, tanto como investigadora como consultora. Atualmente, está envolvida em vários projetos de investigação. É investigadora principal do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas globais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021). Integra a Comissão de Ética da ECREA. É presidente da Comissão de Investigação e Políticas Públicas da GAMAG e membro da direção da APEM. Integra o Conselho de Opinião da RTP, representando as ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Integra ainda várias associações ligadas aos direitos humanos. ORCID: 0000-0001-6767-3793

³ Célia Taborda é doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É Professora Associada na Universidade Lusófona, subdiretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos, investigadora integrada no CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, e investigadora associada do CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. É co-investigadora principal do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas globais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021). As suas áreas de investigação incluem História Contemporânea, movimentos sociais, feminismos e ativismo. Autora de livros, capítulos de livros e artigos em revistas científicas nacionais e internacionais, participou em diversas conferências nacionais e internacionais (nomeadamente como oradora convidada) e integrou várias comissões científicas e organizações de eventos. ORCID: 0000-0002-2547-2480

de mulheres e de dinâmicas de poder sociais complexas. O ativismo *online* e o feminismo *hashtag* contribuem para a disseminação de ideias, mobilização de comunidades e sensibilização para questões feministas. As redes sociais e outras plataformas digitais permitem às ativistas alcançar públicos globais, criando comunidades virtuais centradas em causas específicas, e amplificando o impacto dos movimentos feministas. No contexto digital, o conceito de temporalidade afetiva (Chamberlain, 2017) ganha igualmente particular relevância já que as interações rápidas e narrativas pessoais partilhadas, evocam respostas emocionais, fomentando um sentimento de comunidade e conexão entre ativistas. Essa dimensão emocional influencia de forma significativa as lutas feministas e a solidariedade. Através de uma revisão da literatura integrativa, visamos, neste ensaio, problematizar estas características da quarta vaga, destacando os seus desafios para os estudos culturais, bem como a influência que poderão exercer para renovar este campo académico, em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Quarta vaga feminista, estudos culturais, interseccionalidade, ativismo *online*, temporalidade afetiva

ABSTRACT: Feminisms, as a field of study in cultural studies, have posed ongoing challenges to this scientific domain. This essay focuses on the challenges that the fourth wave of feminisms represents, through three of its key characteristics: intersectionality, online activism (hashtag feminism), and affective temporality. Intersectionality plays a central role in fourth-wave feminisms, deconstructing binary gender conceptions, emphasizing the intersecting nature of identity axes, and contributing to a deeper understanding of women's experiences and complex societal power dynamics. Online activism and hashtag feminism contribute to the dissemination of ideas, mobilization of communities, and raising awareness about feminist issues. Social media and other digital platforms allow activists to reach global audiences, creating virtual communities centered on specific causes and amplifying the impact of feminist movements. In the digital context, the concept of affective temporality (Chamberlain, 2017) also gains relevance as rapid interactions and shared personal narratives evoke emotional responses, fostering a sense of community and connection among activists. This emotional dimension significantly influences feminist struggles and solidarity. Through an integrative literature review, this essay seeks to problematize these fourth wave characteristics, highlighting their challenges for cultural studies, as well as the influence they might exert in helping renew this academic field, from epistemological, theoretical, and methodological perspectives.

KEYWORDS: Fourth wave feminism, cultural studies, intersectionality, online activism, affective temporality

Introdução

Nos últimos anos, a ascensão da quarta vaga feminista tem impulsionado uma nova era de lutas e conquistas para os movimentos feministas a nível internacional (e.g., Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013; Rivers, 2017). Com o advento das redes sociais e a difusão de plataformas de ativismo *online*, o feminismo conquistou uma nova dimensão, permitindo que vozes previamente silenciadas (e interseccionais) pudessem ser escutadas, ganhando um fórum global. No contexto dos estudos culturais, essa evolução traz consigo um leque de desafios e possibilidades para a compreensão e análise das questões de género na sociedade contemporânea. Segundo Hall (1996), o feminismo configura-se como uma interrupção nos estudos culturais, uma rutura que reorganiza o campo de investigação. Contribui, por exemplo, para revolucionar o objeto de estudo deste domínio científico ao reconhecer que o pessoal é político (frase-chave da segunda vaga feminista), para expandir as conceções de poder, e para identificar as questões de género e sexualidade como cruciais para a compreensão destas dinâmicas de poder (p. 269). A crítica feminista tem vindo a denunciar a ciência como domínio “reservado ao homem” (Bandeira, 2008, p. 208), com estudos culturais feministas, particularmente da Escola de Birmingham, a desafiar convenções e culturas hegemónicas e patriarcais, expandindo (arrombando, segundo Hall (1996, p. 269)) e criando interseções entre feminismos e estudos culturais (e.g., Escosteguy, 2016).

Este ensaio visa problematizar, através de uma revisão da literatura integrativa, os desafios que a quarta vaga feminista apresenta para os estudos culturais, com particular enfoque na análise crítica e reflexiva de três características-chave: a interseccionalidade, o ativismo *online* – feminismo *hashtag*, e a temporalidade afetiva. Reconhecendo a importância dos feminismos contemporâneos como agentes de transformação social, como força que tem contribuído para moldar os contornos sociais, políticos e económicos da Europa (Dean & Aune, 2015, p. 375) e do mundo, pretendemos explorar de que forma os estudos culturais podem beneficiar desses desafios e sair fortalecidos ao enfrentá-los.

1. Procedimentos de Investigação

Este ensaio tem como objetivo analisar criticamente a ligação entre os estudos culturais e a quarta vaga feminista, desafios daí emergentes e como podem ser transformados em oportunidades. As perguntas de pesquisa que orientam esta investigação são: Quais os desafios que os feminismos, a sua história e a quarta vaga, colocam aos estudos culturais, particularmente no que diz respeito à interseccionalidade, ao ativismo *online* – feminismo *hashtag* e temporalidade afetiva?; Que

oportunidades emergem dos desafios criados pela quarta vaga feminista que podem dinamizar os estudos culturais e futuras investigações?

Como metodologia, foi adotada uma revisão da literatura integrativa (Cooper, 1982; Torracó, 2005, 2016) por permitir rever de forma abrangente e crítica a literatura mais representativa relativa a estudos de género, estudos das mulheres, feminismos e estudos culturais, de forma interdisciplinar. Esta revisão da literatura possibilita criar perspetivas sobre estes campos de estudo, reconceptualizar temas e contribuir para a evolução do conhecimento nestas áreas (Torraco, 2005, 2016). Inicialmente, foi feita uma recolha de dados através de pesquisa em livros, artigos e publicações relevantes relacionadas com estudos culturais, estudos de género, das mulheres e feministas, a quarta vaga feminista e as suas interconexões. Posteriormente, foi realizada uma análise e síntese do nosso *corpus* para identificar ideias e temas-chave, que foram utilizados de forma integrativa para explorar a ligação entre os estudos culturais e a quarta vaga feminista, abordando os desafios e oportunidades decorrentes dessa interligação.

2. Contextualização Teórica

2.1. A quarta vaga feminista: explorando “novos” e “velhos” movimentos

“What is feminism? Who is a feminist? How do we understand feminism across national boundaries?” (Offen, 1988, p. 119). “Feminismo” é um termo complexo e de difícil definição, compreendendo realidades, temporalidades e especificidades locais distintas (de acordo com o espaço onde se significa) e em permanente evolução (e.g., Dean & Aune, 2015; Tavares, 2011). Tendo em conta as dimensões (e o peso) político, social, económico e emocional que o conceito comporta, o mesmo continua a inspirar controvérsia e desconfiança (hooks, 2000; Offen, 1988), quer no meio académico, quer na sociedade civil. Trata-se de um conceito abrangente que engloba diferentes manifestações de pensamento e de ação de mulheres (Cott, 1987), e que, desde os seus primórdios, se tem vindo a desenvolver como movimento em prol dos princípios da “igualdade, equidade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento, respeito, justiça, liberdade” (Dietz, 2003, p. 399).

A evolução das lutas feministas, que têm sido diversas e nem sempre unificadas, tem vindo a ser organizada em torno da narrativa das vagas – erupções de contestação e mudança (Cerqueira & Tabora Silva, 2022), contornos de movimentos específicos em momentos particulares (Cochrane, 2013), momentos de renovado interesse por feminismos que ganham maior visibilidade na esfera pública e nos *media* (Rivers, 2017), que desafiam convenções culturais e patriarcais. Atualmente estaremos a viver uma quarta vaga feminista (e.g., Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013; Rivers, 2017) que tem sido questionada, e que ainda se estará a construir. Contudo, para que melhor a

possamos compreender, bem como às suas características específicas, é importante identificar, de forma sucinta, a História dos movimentos feministas e suas vagas.

A primeira vaga feminista (finais do século XIX até meados do século XX) tinha como principais lutas e reivindicações os direitos de cidadania das mulheres – trabalho, educação, reprodução, agência social, propriedade – destacando-se o direito ao voto e os movimentos sufragistas (e.g., Cerqueira & Taborda Silva, 2022; Malinowska, 2020; Mohajan, 2022; Rampton, 2015). Esta primeira vaga feminista promoveu mudanças sociais significativas, questionando e criticando estruturas sociopolíticas e culturais dominadas por homens e visando reformas sociais e de libertação de opressões baseadas em preconceitos patriarcais (Dicker, 2008; Rampton, 2015). Desta feita, teve impacto no domínio dos estudos culturais estabelecendo a base sobre a qual futuros movimentos e vagas feministas viriam a formar-se e chamando a atenção para a realidade das desigualdades de género nas práticas sociais e instituições culturais, nomeadamente na representação mediática (e.g., Escosteguy, 2016).

A segunda vaga feminista (1960 – 1980 do século XX) caracteriza-se pela defesa da igualdade entre homens e mulheres, da liberdade sexual e direitos reprodutivos, nomeadamente no que diz respeito à contraceção e ao aborto (e.g., Cerqueira & Taborda Silva, 2022; Malinowska, 2020; Mohajan, 2022; Molyneux et al., 2021; Rampton, 2015). Mais focada na relação entre a construção das mulheres (como género, em práticas sociais e representações mediáticas) e as suas experiências vividas, a segunda vaga feminista começa a associar de forma mais evidente a subjugação das mulheres a críticas ao patriarcado, capitalismo, heterossexualidade normativa e papéis de género binários (e.g., Malinowska, 2020; Molyneux et al., 2021; Rampton, 2015). Simbolizada na frase “o pessoal é político”, as mulheres juntam-se em grupos locais para discutir as suas experiências, criando grupos de consciencialização – *consciousness-raising groups* (Day & Wray, 2018). É também nesta época, nos anos 60, que emergem os estudos culturais britânicos, ligados a um projeto político de transformação social (Kellner, 2003, p. 31), e que as feministas passam a fazer parte do discurso académico (p. 22), apresentando, por exemplo, críticas ao positivismo que conduzem a novos posicionamentos epistemológicos nos estudos culturais e à articulação entre os dois domínios científicos, o que serve como ponto de partida para discutir discursos culturais e o posicionamento das mulheres, bem como a negociação de construções sociais das mulheres (Probyn, 1987).

A terceira vaga feminista (1990 – 2000 do século XX) tem como principais agendas a reivindicação pela diversidade e pelo reconhecimento à diferença, procurando explorar as diversas opressões vividas por mulheres devido à idade, raça e classe (e.g., Hundleby, 2012; Mohajan, 2022; Walker, 1992). Surgindo num momento de aparente quebra com a segunda vaga feminista, de crítica antifeminista e de pós-feminismo (Day & Wray, 2018; Malinowska, 2020), a terceira vaga caracteriza-

se pela necessidade de as mulheres falarem contra o sexismo, mas propondo soluções que tendem a ser individuais/pessoais e baseadas no consumo (Day & Wray, 2018), mais equilibradas entre papéis tradicionais das mulheres e desejos liberais (Malinowska, 2020), no *double-entanglement* a que se refere McRobbie (2004). A pluralidade de feminismos e a transnacionalização de ações feministas que procuram reconhecimento a uma escala global (Cerqueira & Taborda Silva, 2022) tornam-se elementos constitutivos desta vaga. A *internet*, que ganha maior dimensão no início dos anos 90, contribui para esta internacionalização, servindo como base para o feminismo transnacional (que emerge nesta época), e abrindo novas possibilidades de representação e comunicação para as mulheres. Neste contexto surge o DIY – *Do It Yourself* –, produção cultural independente, associado a autopublicação / autotransmissão (*self-broadcasting*) e autorrepresentação (*self-made representation*) de conteúdos *online*, tais como páginas *web* e *zines* (Malinowska, 2020). É ainda nos anos 90, em 1991, que surge o ciberfeminismo (Plant, 1997) que reforça o desequilíbrio das forças de poder entre homens e mulheres, particularmente em discursos digitais (Hawthorne & Klein, 1999). A terceira vaga feminista, que ganhou expressão particularmente nos *media* e cultura popular, trouxe desafios para os estudos culturais, enfatizando o individualismo e personalização de experiências, reavaliando o que significam “feminismos” na contemporaneidade, e reconhecendo que o conceito comporta experiências de pessoas que podem ter sido marginalizadas por vagas feministas precedentes.

A quarta vaga feminista (que terá surgido por volta de 2012 e estará a ocorrer neste preciso momento) é mais difícil de definir e de caracterizar, justamente por estar a acontecer. Ainda assim, há autoras que têm procurado compreender esta vaga (e.g., Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013; Rivers, 2017), identificando algumas características base que a definem, tais como: a importância da *internet* e ativismo *online* (nomeadamente feminismo *hashtag*) na criação de novas comunidades feministas que usam estas ferramentas para discutir ideias e praticar ativismo (Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013); interseccionalidade e inclusão, nomeadamente no reconhecimento e foco em diferentes eixos de opressão que influenciam as experiências das mulheres (Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013); temporalidade afetiva como forma de criar pontes entre o individual e coletivo, o pessoal e o público, conduzindo à mobilização (Chamberlain, 2017, p. 187); a utilização de humor como prática ativista (Cochrane, 2013); a cultura de denúncia (*call-out culture*), potenciada também pela *internet* (Munro, 2013); a cultura da violação, e culpabilização das vítimas, que conduz à prática ativista feminista (Cochrane, 2013). A quarta vaga feminista parece partir de práticas feministas prévias (Caldeira, 2023): aproveita ideias da segunda vaga (no que diz respeito a criar grupos de consciencialização através da partilha de experiências pessoais, agora com acesso a recursos digitais) e interesses da terceira vaga (relativamente a questões da vida quotidiana, uso da *internet* e ênfase em abordagens interseccionais (Caldeira, 2023; Dean &

Aune, 2015)). Com as redes sociais e a *internet* são criados novos espaços na esfera pública para discutir temáticas como assédio e violência sexual e de gênero, padrões corporais e de beleza, papéis binários de gênero, inclusão, cultura de violação, entre outras questões que ganham renovado interesse e maior expressão nos *media*.

Tomando como ponto de partida três características-chave da quarta vaga feminista (interseccionalidade, ativismo *online* – feminismo *hashtag*, temporalidade afetiva) este ensaio reflete sobre os desafios (e oportunidades) lançados por esta vaga em construção para os estudos culturais, seus discursos e metodologias.

2.2. Interseccionalidade

A interseccionalidade não é característica exclusiva de uma quarta vaga feminista. Crenshaw (1989) identificou a importância de estudar a interseção entre sistemas de poder como gênero, raça e classe, cunhando o termo “interseccionalidade”, já em 1989. Segundo Munro (2013), desde os anos 80 que as feministas têm vindo a trabalhar com a ideia de interseccionalidade na academia, com diversas autoras a chamar a atenção para o facto de mulheres não brancas estarem a ser marginalizadas pelos próprios feminismos. A evolução tecnológica e digital, particularmente as redes sociais, permitiram, porém, que a interseccionalidade ganhasse uma nova dimensão na quarta vaga, tornando-se um seu pré-requisito (Zimmerman, 2017, p. 64), uma das características-chave dos feminismos contemporâneos (e.g., Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013).

O campo dos estudos culturais, que pretende, através de uma abordagem multidisciplinar, estudar e combater desigualdades sociais, considerando os eixos de opressão/dominação, identidade e representação, podia, segundo Guimarães Corrêa (2020), continuar a privilegiar o público (a análise da recepção), mas adotando uma abordagem mais interseccional. O feminismo interseccional da quarta vaga torna-se, pois, num elemento importante para informar, questionar e desafiar os estudos culturais, permitindo analisar como (e quem) cria cultura, como esta é mantida, partilhada e reproduzida (nos *media*, cultura popular e outros textos culturais), e que estruturas interseccionais de poder/dominação influenciam este processo. Segundo alguns autores e autoras (e.g., Williams, 2021), as plataformas digitais, ao reunirem vozes feministas diversas, poderiam potenciar a criação de novos tipos de conversas interseccionais (Baer, 2016, p. 18). Ou seja, o ativismo digital poderia contribuir para este questionamento interseccional, dando voz a pessoas cujos fatores distintivos de identidade não seriam diretamente identificados nas plataformas digitais (como o Twitter), facilitando a mobilização interseccional (Galpin, 2022) e contribuindo para a emergência de movimentos feministas interseccionais, como o #MeToo.

Destacando-se como um dos movimentos de ativismo digital mais significativos dos últimos anos (Baik et al., 2022; Mendes et al., 2018), com extensa cobertura mediática que contribuiu para que o mesmo permeasse a esfera pública (e.g., Fileborn & Loney-Howes, 2019; Loney-Howes et al., 2022; Nau et al., 2023), o #MeToo permite melhor compreender como a interseccionalidade pode ser estudada e questionada, por exemplo, no campo dos estudos culturais. Movimento criado em 2006 pela ativista afro-americana Tarana Burke, o mesmo tinha como principal objetivo promover a empatia e solidariedade por mulheres negras e racializadas que, tal como ela, tinham sido vítimas/sobreviventes de violência e assédio sexual (Boyd & McEwan, 2022). Em 2017, no rescaldo das acusações contra Harvey Weinstein, a atriz Alyssa Milano viria a publicar um texto no Twitter a impelir as mulheres que tivessem sido vítimas de assédio e violência sexual a escrever “Me Too” como resposta ao seu *tweet*. Este texto, potenciado pelas redes sociais, tecnologias, a *internet* e o poder do feminismo *hashtag*, tornaram o #MeToo num movimento viral, transnacional, e com extensa mediatização.

Originalmente concebido como um movimento interseccional de apoio e empoderamento de mulheres negras vítimas/sobreviventes de assédio e violência sexual (Boyd & McEwan, 2022), o #MeToo sofre profundas transformações quando se torna viral e em feminismo *hashtag*. Se por um lado a dimensão ciberativista lhe permitiu trazer para a esfera pública a discussão de temas usualmente mantidos em silêncio, como o assédio e violência sexual, por outro, parece passar a excluir vozes interseccionais. O #MeToo é hoje, aparentemente, pouco interseccional já que quem se faz ouvir são as mesmas mulheres (De Benedictis et al., 2019; Flores, 2018), ou seja, as vítimas/sobreviventes que são associadas ao movimento (e estudadas nos estudos de receção e estudos culturais) são mulheres jovens (em idade reprodutora), brancas, de classe média e/ou alta, atraentes, com competências para usar as redes sociais e cujas denúncias são, devido a estas características, apoiadas *online* (De Benedictis et al., 2019; Zarkov & Davis, 2018). O #MeToo, a forma como é mediatizado, como é estudado e avaliado, exclui as mulheres de várias raças, de diferentes idades, as trabalhadoras comuns, que não são celebridades, nem pessoas com diversidade funcional (Gill & Orgad, 2018; Strike, 2018).

Portugal não é exceção. A investigação nacional que tem sido feita em torno do #MeToo, e que se tem focado sobretudo na sua mediatização e consequente influência na receção do movimento pela esfera pública (e.g., Cerqueira et al., 2023; Garraio et al., 2020; Silveirinha et al., 2020), tem-se debruçado sobre casos mais significativos do panorama português, ignorando vozes que possam ser mais diversas e interseccionais. Esta falta de interseccionalidade é visível também na expressão nacional de outros movimentos feministas transnacionais contemporâneos, tais como a Greve Feminista Internacional do 8M (Lamartine & Cerqueira, 2022). Ou seja, pese embora a interseccionalidade seja um pré-requisito à existência da quarta vaga feminista, os princípios declarados e as práticas dos movimentos parecem estar desfasados. Movimentos como o #MeToo, e

como o 8M, parecem vir demonstrar que os sistemas de poder dominantes, a denominada “hegemonia cultural” (Gramsci, 1971), estão ainda presentes nos espaços digitais e nos *media* que determinam quem pode falar e como (Loney-Howes, 2019). Mulheres e grupos sociais historicamente marginalizados continuam a não ser reconhecidos como vítimas/sobreviventes legítimos e a ficar de fora da conversa no espaço público de contestação e no espaço mediático. As reflexões de Cerqueira e Magalhães (2017) quanto ao papel dos *media* e os seus “pontos cegos” – *blind spots* no original de Davis (2008) – poderiam ser aplicadas à análise de movimentos como o #MeToo: como e quem escolhe as sobreviventes que são tornadas (in)visíveis (os “pontos cegos”)? E quais as implicações destas escolhas para o campo dos estudos culturais, para o estudo de estruturas de poder/dominação/opressão inculcadas na cultura nacional (e internacional) que condicionam transformações socioculturais, reproduzindo e mantendo padrões culturais hegemônicos?

2.3. Ativismo *online* – feminismo *hashtag*

O ativismo feminista sofreu grandes transformações com a revolução digital e com a evolução tecnológica, com a emergência de ferramentas de comunicação digitais (blogues, redes sociais, *websites*). Estas permitiram às pessoas, particularmente às mulheres, criar espaços virtuais de partilha de experiências, problemas e ambições que transcendem fronteiras geográficas, domésticas e de género (Peroni & Rodak, 2020, p. 5S). Segundo Munro (2013), a *internet* facilitou a criação de uma comunidade global de feministas que a usam quer para discutir ideias, quer para praticar ativismo (p. 23). Nesse sentido, a quarta vaga feminista é caracterizada por esta conexão global entre mulheres de todo o mundo, pela utilização de plataformas digitais por novas gerações de mulheres, que alterou formas de disseminação e participação (e.g., Baer, 2016; Mendes & Ringrose, 2019).

É neste contexto que surge o feminismo *hashtag*, que tem as suas raízes na utilização do Twitter e tem contribuído para criar uma cultura de denúncia (*call-out culture* no original de Munro (2013, p. 23)). Nas redes sociais, os discursos de partilha de experiências pessoais, que se cruzam e se tornam reconhecíveis por comunidades virtuais alargadas, torna-se político (“o pessoal é político”). A *hashtag* permite um ativismo discursivo (e.g., Caldeira, 2023; Clark, 2016; Shaw, 2012) que desafia narrativas misóginas e sexistas profundamente enraizadas na sociedade, cultura e textos culturais, nomeadamente nos *media* e nas redes sociais (Peroni & Rodak, 2020, p. 5S). As *hashtags* tornaram-se, pois, ferramentas políticas importantes para os feminismos da quarta vaga e para a mobilização de campanhas *online*, contribuindo para a pluralização e diversificação do panorama feminista contemporâneo (Caldeira, 2023). Reunindo mulheres com origens e experiências diversas, os contornos dos ativismos feministas têm vindo a ser redefinidos, abordando temas que vão para além

da política local e dos limites geográficos e levantando questões fundamentais sobre justiça, leis e direitos de cidadania.

A *internet*, as redes sociais e os grupos *online* têm desempenhado um papel fundamental como facilitadores de uma maior interação entre mulheres, permitindo a criação de espaços digitais para grupos de consciencialização (*consciousness-raising groups*) (Blevins, 2018). Estes, já existindo antes do advento da *internet* de forma mais local, espaços de partilha de opressões vividas por mulheres, de organização em torno de objetivos comuns (hooks, 2000, p. 8), ganham uma dimensão transnacional e digital com a *internet*.

O feminismo *hashtag* e ativismo *online* levaram também a que as ativistas feministas se tornassem *prosumers* (Toffler, 1980), simultaneamente produtoras e consumidoras de conteúdo, utilizando as suas histórias pessoais e o feminismo *hashtag* para partilhar ideias, informar e comunicar com a esfera pública. Assim, a produção de conteúdos próprios, feitos de histórias pessoais e pontos de vista oposicionistas (Guimarães Corrêa, 2020, p. 826), acaba por fazer com que a quarta vaga e seus movimentos não estejam tão dependentes dos *media* tradicionais para ganhar visibilidade. As ativistas criam os seus próprios textos culturais que conseguem dar visibilidade às suas reivindicações. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o supramencionado #MeToo, movimento que surge nas redes sociais e que, devido à sua dimensão digital, ganha também visibilidade mediática. A visibilidade mediática e digital permitiu ainda ao movimento ganhar uma expressão de ativismo de rua, com manifestações locais nos Estados Unidos e em outros países que adotaram *hashtag* nacionais. O *prosumo* (*prosumption*) como um fenómeno global problematiza, não só, a globalização e construção dicotómica do global e do local, mas também o papel das mulheres como produtoras de conteúdos culturais. Zhang (2017), num artigo sobre *prosumo* associado à feminização do trabalho e capitalismo neoliberal, refere que a criatividade das mulheres *prosumidoras*, ao reunirem diversos recursos culturais e sociais, simultaneamente explorando e subvertendo regimes de subjetificação, reinventa e redefine o próprio significado da prática do “*prosumo*”.

O feminismo *hashtag* traz desafios para os estudos culturais na análise e redefinição dos estudos de receção que têm de incluir ativistas feministas como público (objeto de estudo) e como produtoras de conteúdo (sujeito criativo). O papel de *prosumer* das ativistas comporta ainda outros desafios. Segundo Chamberlain (2017), “online activism is not activism in a real sense: an Internet presence does not always equate to actual change.” (p. 177). Ativismo *online* e feminismo *hashtag* têm de ser traduzidos em mudanças materiais, caso contrário criar-se-á um desfasamento entre a *internet* e as realidades experienciadas pelas mulheres. Também Munro (2013) reflete sobre o divórcio entre conflitos da vida real e discussões e ativismo no mundo *online*, referindo o termo *slacktivism* (p. 24). Mendes e Ringrose (2019), por seu turno, reconhecem que o ativismo *online* tem sido criticado por ser

“insignificante”, ativismo de sofá (*armchair activism*), *slacktivism*, *clicktivism*. As autoras, porém, reforçam que estas considerações ignoram o trabalho afetivo e emocional desempenhado por quem participa em ativismo *hashtag* e os seus desafios (p. 43). O afeto (que será explorado de seguida) poderá revelar o impacto das experiências de um ativismo *online* para lá do engajamento digital (pp. 43–44).

O feminismo *hashtag* implica igualmente considerar quem tem acesso a este tipo de ativismo *online*, quem está a produzir os conteúdos, e quem é o seu público. Mulheres com menos poder económico, menos competências técnicas, poderão não ter os conhecimentos e recursos necessários para utilizar as ferramentas digitais e participar das discussões *online* e sua prática ativista (Day & Wray, 2018). Mulheres mais velhas poderão também ter menos facilidade em utilizar estas novas ferramentas, o que poderá tornar o seu uso, e o próprio feminismo da quarta vaga, pouco intergeracional (Munro, 2013, p. 24). A adicionar a estas questões de aparente falta de inclusão e interseccionalidade, as críticas negativas (*backlash*) e assédio *online* a que são sujeitas as mulheres ativistas *prosumers* poderá também condicionar ou influenciar o tipo de conteúdos que são produzidos e como são recebidos.

2.4. Temporalidade afetiva

Segundo Chamberlain (2017), temporalidade afetiva é uma das características fundamentais da quarta vaga feminista. Para a autora, as experiências sobre o afeto (sentimentos privados e públicos, intimidade e extimidade) estão constantemente a acontecer – *becoming*. Nesse sentido, as vagas e os afetos partilham um espaço liminar difícil de definir. As temporalidades afetivas feministas são criadas por conjuntos de contingências, fazendo com que passado – presente – futuro se interliguem no ativismo contemporâneo. Assim, as incertezas do afeto e da temporalidade permitem avaliar a relação da quarta vaga com o tempo afetivo, tempo cronológico e os afetos que têm impulsionado os movimentos (p. 13). Seria também esta temporalidade afetiva, com base em casos particulares dentro da quarta vaga, que permitiria, não só, compreender como o presente está ligado ao passado (que o cria) e ao futuro (que é criado através do investimento afetivo no presente), mas também como a narrativa das vagas é orgânica, menos condicionada ao tempo cronológico e potenciadora de dinâmicas intergeracionais.

Temporalidade afetiva é, pois, um conceito que Chamberlain cunha para reconhecer a importância de experiências emocionais de feministas que motivam o seu ativismo e dão forma aos seus discursos (e à sua prática como *prosumers*), por exemplo, como os sentimentos de raiva e indignação podem ser emoções produtivas que instigam mudanças sociais e a criação de “contra públicos afetivos” (Mendes & Ringrose, 2019, p. 39). Por outro lado, este conceito, que se baseia na

construção de emoções e experiências afetivas através de práticas e normas socioculturais, enfatiza a importância da diversidade de experiências e perspectivas dentro de movimentos feministas, e a relação entre o pessoal e o político.

O #MeToo revela-se, mais uma vez, como exemplo paradigmático de um movimento feminista criado no Twitter, disseminado pelas redes sociais e pelos *media* tradicionais, que se tornou viral devido às respostas emocionais que promoveu, quer por parte de vítimas/sobreviventes de assédio e violência sexual que compartilharam as suas histórias, quer por parte da esfera pública que respondeu ora positivamente, ora negativamente à *hashtag* e suas consequências socioculturais (mobilização *online*, mobilização nas ruas, mudanças legislativas, representação destas temáticas em filmes e séries). O *backlash* em relação ao #MeToo, que vê o movimento como uma ‘caça às bruxas’ (e.g., Silveirinha et al., 2020) e culpabiliza as mulheres que denunciaram os seus agressores, poder-se-á revelar como um entrave a um tipo de ativismo afetivo, já que as vítimas/sobreviventes são postas em causa, o que condiciona a denúncia.

A temporalidade afetiva revela, contudo, ainda outros desafios para os feminismos e para os estudos culturais. No seio de uma sociedade neoliberal que, segundo Catherine Rottenberg, reduz tudo à métrica do mercado (Banet-Weiser et al., 2020, p. 8), o feminismo neoliberal funciona como força de resistência à conversão de mulheres instruídas, e em trajetória ascendente, a capital humano genérico (p. 8), contribuindo para a criação de um novo sujeito feminista, alguém que se responsabiliza pelo seu próprio autocuidado e bem-estar (p. 7). Ainda assim, a competitividade pode revelar-se como um motor travão à empatia, autocuidado e afetos, sendo que Rottenberg considera que estaremos a viver uma crise de cuidados no mundo anglo-americano, uma vez que a racionalidade neoliberal está a colonizar cada vez mais áreas da vida pessoal (p. 17). Por outro lado, o trabalho emocional exigido ao ativismo feminista pode também ser condicionado pela viragem para o digital. Num momento em que o ativismo *online* tem vindo a ganhar crescente importância, que impacto terá o mesmo na criação de comunidades afetivas? As comunidades de cuidado podem emergir em redes sociais baseadas em princípios capitalistas e de retorno financeiro? Segundo Mendes e Ringrose (2019), sim, já que as plataformas digitais potenciam novas estratégias de comunicação que conduzem ao reconhecimento das histórias das vítimas/sobreviventes, fator fundamental para as mesmas (p. 41). Ainda assim, se, por um lado, o ativismo *online* pode facilitar a criação de comunidades afetivas digitais, e públicos afetivos, pela criação de conteúdos pessoais que conjugam articulação discursiva e investimento afetivo (Ural, 2023), por outro, pode criar desafios às relações interpessoais mais próximas, com barreiras emocionais, mentais e práticas em relação aos feminismos (Mendes et al., 2018). Portanto, se o afeto na partilha *online* pode funcionar como uma forma de criar solidariedade feminista (Baer, 2016) e comunidades de sobreviventes, também pode promover desengajamento (Nau et al., 2023).

A temporalidade afetiva exige aos estudos culturais que reconheçam a importância de pensar nos estudos da recepção e da produção como diversos. Afetos e emoções são pontos fulcrais dos feminismos que permeiam os textos culturais disponíveis *online* chamando a atenção dos *media* tradicionais. Considerar quem cria estes textos, as suas experiências pessoais e emocionais que são influenciadas pelos contextos interseccionais de onde emergem, é fundamental. E, neste ponto, as três características-chave da quarta vaga que destacamos cruzam-se. Quem são as ativistas *prosumers* desta quarta vaga? Até que ponto é que a interseccionalidade e a intergeracionalidade são contemplados e encontram expressão nos conteúdos afetivos partilhados pelas ativistas, e na sua mediatização?

3. Considerações Finais

Neste ensaio, a problematização dos desafios trazidos pela quarta vaga feminista para os estudos culturais, particularmente no que diz respeito à análise crítica e reflexiva da interseccionalidade, ativismo *online* – feminismo *hashtag* e temporalidade afetiva, destaca aspetos prementes dos feminismos contemporâneos e questiona de que forma os estudos culturais podem sair fortalecidos.

A interseccionalidade desafia visões eurocêtricas convencionais prevalentes nos estudos feministas e nos estudos culturais, podendo mesmo representar um caminho de descolonização do pensamento. Em diferentes espaços temporais e geográficos, os feminismos negros (e não brancos) têm vindo a contribuir para a análise de eixos de dominação e opressão distintos que se articulam, reforçando a necessidade de construir um conhecimento sobre e para as sociedades que seja mais lato (Guimarães Corrêa, 2020, p. 825). Reconhecer a importância da interconexão de múltiplos sistemas de opressão e dominação promove uma compreensão mais inclusiva de experiências culturais associadas ao género (nomeadamente na área dos *media* e nos estudos da recepção).

O ativismo *online* e o feminismo *hashtag*, ferramentas poderosas dos movimentos feministas da quarta vaga, transcendem fronteiras geográficas, permitem a criação de grupos de consciencialização virtuais e a mobilização de pessoas a nível local, global e glocal (e.g., Blevins, 2018; Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013; Peroni & Rodak, 2020). Estes proporcionam ainda aos estudos culturais novas abordagens que poderão contribuir para explorar as dinâmicas e evolução dos ativismos feministas e seu impacto nas práticas culturais, representações e estruturas de poder. Saber como analisar feministas *prosumers* que criam e consomem cultura, será simultaneamente um desafio e uma oportunidade lançada a este domínio científico.

A temporalidade afetiva enfatiza o papel das emoções e experiências pessoais na definição das vagas feministas, na criação de produtos culturais (por *prosumers* e por *media* tradicionais) e na recepção cultural (Chamberlain, 2017). A integração da temporalidade afetiva nos estudos culturais, ou

de metodologias afetivas, permitirá uma compreensão mais pessoal e específica relativamente a como os artefactos culturais feministas evocam emoções, promovem a ação, desafiam normas e influenciam mudanças culturais.

Os feminismos da quarta vaga, ainda em construção, abrem novas propostas epistemológicas, teóricas e empíricas para os estudos culturais. A análise de experiências diversificadas e da natureza interseccional de opressões sociais contribui para uma compreensão mais completa e multifacetada das identidades de género, representações culturais, formas de ativismo e dinâmicas de poder. Aceitando o repto da quarta vaga feminista e suas características-chave (como as que aqui foram destacadas), os limites teóricos e metodológicos dos estudos culturais podem, à imagem do que já aconteceu no passado, ser ampliados.

“Feminists use cultural activism both to make political changes in areas unrelated to culture and media (for instance, to challenge capitalism or gendered violence) and, second, to advance a more feminist culture and media.” (Dean & Aune, 2015, p. 390). Desde a primeira vaga que os feminismos têm vindo a desafiar os estudos culturais, impelindo à sua evolução. Uma abordagem teórica e metodológica mais inclusiva, aberta a novas dinâmicas que estudem fenómenos culturais na era digital, questionando a temporalidade afetiva e problematizando a interseccionalidade e eixos de opressão, levarão a uma análise de contextos culturais mais representativa e equitativa.

Financiamento: Este artigo científico foi desenvolvido no âmbito do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021/ DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021), financiado com fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

REFERÊNCIAS

- Baer, H. (2016). Redoing feminism: Digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist Media Studies*, 16(1), 17–34. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1093070>
- Baik, J. M., Nyein, T. H., & Modrek, S. (2022). Social Media Activism and Convergence in Tweet Topics After the Initial #MeToo Movement for Two Distinct Groups of Twitter Users. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(15–16), NP13603–NP13622. <https://doi.org/10.1177/08862605211001481>
- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 207–228. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>
- Banet-Weiser, S., Gill, R., & Rottenberg, C. (2020). Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? Sarah Banet-Weiser, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation. *Feminist Theory*, 21(1), 3–24. <https://doi.org/10.1177/1464700119842555>
- Blevins, K. (2018). bell hooks and Consciousness-Raising: Argument for a Fourth Wave of Feminism. Em J. R. Vickery & T. Everbach (Eds.), *Mediating Misogyny* (pp. 91–108). Palgrave Macmillan, Cham.
- Boyd, A., & McEwan, B. (2022). Viral paradox: The intersection of “me too” and #MeToo. *New Media & Society*, 26(6), 3454–3471. <https://doi.org/10.1177/14614448221099187>
- Caldeira, S. P. (2023). The Pluralization of Feminist Hashtag Landscapes: An Exploratory Mapping of Feminist Hashtags on Portuguese Instagram. *Social Media + Society*, 9(2). <https://doi.org/10.1177/20563051231171638>
- Cerqueira, C., & Magalhães, S. I. (2017). Ensaio sobre Cegueiras: Cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 35, 9–20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>
- Cerqueira, C., Taborda, C., & Pereira, A. S. (2023). #MeToo em Portugal: Uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. *Cuadernos.info*, (55), 1–21. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Cerqueira, C., & Taborda Silva, C. (2022). Challenges of the Intergenerational Feminist Movement(s): Some Reflections. Em Q. Gao & J. Zhou (Eds.), *Human Aspects of IT for the Aged Population. Design, Interaction and Technology Acceptance* (Vol. 13330, pp. 265–275). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-05581-2_20
- Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality*. Palgrave Macmillan.
- Clark, R. (2016). “Hope in a hashtag”: The discursive activism of #WhyIStayed. *Feminist Media Studies*, 16(5), 788–804. <https://doi.org/10.1080/14680777.2016.1138235>

- Cochrane, K. (2013). *All the Rebel Women: The rise of the fourth wave of feminism*. Guardian Books.
- Cooper, H. M. (1982). Scientific Guidelines for Conducting Integrative Research Reviews. *Review of Educational Research*, 52(2), 291–302. <https://doi.org/10.3102/00346543052002291>
- Cott, N. F. (1987). *The grounding of modern feminism*. Yale University Press.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139–167.
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67–85. <https://doi.org/10.1177/1464700108086364>
- Day, K., & Wray, R. (2018). Fourth-wave feminism and postfeminism: Successes and failures. *Transform: A Journal of the Radical Left*, 4, 113–137.
- Dean, J., & Aune, K. (2015). Feminism Resurgent? Mapping Contemporary Feminist Activisms in Europe. *Social Movement Studies*, 14(4), 375–395. <https://doi.org/10.1080/14742837.2015.1077112>
- De Benedictis, S., Orgad, S., & Rottenberg, C. (2019). #MeToo, popular feminism and the news: A content analysis of UK newspaper coverage. *European Journal of Cultural Studies*, 22(5–6), 718–738. <https://doi.org/10.1177/1367549419856831>
- Dicker, R. (2008). *A History of U.S. Feminisms*. Seal Press.
- Dietz, M. G. (2003). Current controversies in feminist theory. *Annual Review of Political Science*, 6(1), 399–431. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085635>
- Escosteguy, A. C. D. (2016). Stuart Hall e feminismo: Revisitando relações. *Matrizes*, 10(3), 61–76. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v10i3p61-76>
- Fileborn, B., & Loney-Howes, R. (2019). Introduction: Mapping the Emergence of #MeToo. Em B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 1–18). Palgrave Macmillan.
- Flores, E. (2018, abril 24). The #MeToo movement hasn't been inclusive of the disability community. *TeenVogue*. <https://www.teenvogue.com/story/the-metoo-movement-hasnt-been-inclusive-of-the-disability-community>
- Galpin, C. (2022). At the Digital Margins? A Theoretical Examination of Social Media Engagement Using Intersectional Feminism. *Politics and Governance*, 10(1), 161–171. <https://doi.org/10.17645/pag.v10i1.4801>

Garraio, J., Santos, S. J., Amaral, I., & Carvalho, A. de S. (2020). The Unimaginable Rapist and the Backlash Against #MeToo in Portugal. *Europe Now: A Journal of Research & Art*, 1–13. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/90547>

Gill, R., & Orgad, S. (2018). The shifting terrain of sex and power: From the ‘sexualization of culture’ to # MeToo. *Sexualities*, 21(8), 1313–1324. <https://doi.org/10.1177/1363460718794647>

Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*. Lawrence & Wishart.

Guimarães Corrêa, L. (2020). Intersectionality: A challenge for cultural studies in the 2020s. *International Journal of Cultural Studies*, 23(6), 823–832. <https://doi.org/10.1177/1367877920944181>

Hall, S. (1996). Chapter 13: Cultural studies and its theoretical legacies. Em David Morley & Kuan-Hsing Chen (Eds.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies* (pp. 262–275). Routledge.

Hawthorne, S., & Klein, R. (1999). CyberFeminism: Introduction. Em S. Hawthorne & R. Klein (Eds.), *Cyberfeminism: Connectivity, critique and creativity* (pp. 1–16). Spinifex.

hooks, bell. (2000). *Feminism is for everybody: Passionate politics*. Pluto Press.

Hundleby, C. E. (2012). Feminist Empiricism. Em S. N. Hesse-Biber (Ed.), *Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis* (pp. 28–45). Sage Publications.

Kellner, D. (2003). *Media culture: cultural studies, identity, and politics between the modern and the postmodern*. Routledge.

Lamartine, C., & Cerqueira, C. (2022). “Caladas Nos Querem, Rebeldes Nos Terão”: Ciberfeminismo e Interseccionalidade na Construção Híbrida do Movimento 8M em Portugal. *Observatorio (OBS*)*, 16(Special Issue), 119–138. <https://doi.org/10.15847/obsOBS16Special%20Issue20222292>

Loney-Howes, R. (2019). The Politics of the Personal: The Evolution of Anti-rape Activism From Second-Wave Feminism to #MeToo. Em B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 21–36). Palgrave Macmillan.

Loney-Howes, R., Mendes, K., Fernández Romero, D., Fileborn, B., & Núñez Puente, S. (2022). Digital footprints of #MeToo. *Feminist Media Studies*, 22(6), 1345–1362. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1886142>

Malinowska, A. (2020). Waves of Feminism. Em K. Ross, I. Bachmann, V. Cardo, S. Moorti, & M. Scarcelli (Eds.), *The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication* (1.^a ed., pp. 1–7). Wiley.

McRobbie, A. (2004). Post-feminism and popular culture. *Feminist Media Studies*, 4(3), 255–264. <https://doi.org/10.1080/1468077042000309937>

Mendes, K., & Ringrose, J. (2019). Digital Feminist Activism: #MeToo and the Everyday Experiences of Challenging Rape Culture. Em B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 37–51). Palgrave Macmillan.

Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 236–246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>

Mohajan, H. K. (2022). Four Waves of Feminism: A Blessing for Global Humanity. *Studies in Social Science & Humanities*, 1(2), 1–8. <https://doi.org/10.56397/SSSH.2022.09.01>

Molyneux, M., Dey, A., Gatto, M. A. C., & Rowden, H. (2021). *Discussion Paper: New feminist activism, waves and generations*. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2021/Discussion-paper-New-feminist-activism-waves-and-generations-en.pdf>

Munro, E. (2013). Feminism: A Fourth Wave?. *Political Insight*, 4(2), 22–25. <https://doi.org/10.1111/2041-9066.12021>

Nau, C., Zhang, J., Quan-Haase, A., & Mendes, K. (2023). Vernacular practices in digital feminist activism on twitter: Deconstructing affect and emotion in the #MeToo movement. *Feminist Media Studies*, 23(5), 2046–2062. <https://doi.org/10.1080/14680777.2022.2027496>

Offen, K. (1988). Defining feminism: A comparative historical approach. *Signs*, 14(1), 119–157.

Peroni, C., & Rodak, L. (2020). Introduction. The fourth wave of feminism: From social networking and self-determination to sisterhood. *Oñati Socio-Legal Series*, 10(1S), 1S-9S. <https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1160>

Plant, S. (1997). *Zeroes + ones: Digital women + the new technoculture* (1st ed). Doubleday.

Probyn, E. (1987). Feminism and Cultural Studies. *Canadian Journal of Political and Social Theory/Revue Canadienne de théorie politique et sociale*, XI(1–2), 139–143.

Rampton, M. (2015, outubro 25). *Four Waves of Feminism*. Pacific University Oregon. <https://www.pacificu.edu/magazine/four-waves-feminism>

Rivers, N. (2017). *Postfeminism(s) and the Arrival of the Fourth Wave: Turning Tides*. Palgrave Macmillan.

Shaw, F. (2012). The Politics of Blogs: Theories of Discursive Activism Online. *Media International Australia*, 142(1), 41–49. <https://doi.org/10.1177/1329878X1214200106>

Silveirinha, M. J., Simões, R. B., & Santos, T. (2020). Him Too? Cristiano Ronaldo and the News Coverage of a Rape Case Allegation. *Journalism Practice*, 14(2), 208–224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>

Strike, A. W. (2018, março 8). Disabled women see #MeToo and think: What about us? *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/08/disabled-people-metoo-womens-movement-inclusion-diversity>

Tavares, M. (2011). *Feminismos: Percursos e desafios (1947-2007)*. Texto.

Toffler, A. (1980). *The Third Wave*. William Morrow and Company, INC.

Torraco, R. J. (2005). Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356–367. <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>

Torraco, R. J. (2016). Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. *Human Resource Development Review*, 15(4), 404–428. <https://doi.org/10.1177/1534484316671606>

Ural, H. (2023). Rethinking affective publics as media rituals through temporality, performativity and liminality. *Media, Culture & Society*, 45(5), 1036–1049. <https://doi.org/10.1177/01634437231155557>

Walker, R. (1992). Becoming the Third Wave. *Ms. Magazine*, 39–41.

Williams, J. B. (2021). Maximizing #MeToo: Intersectionality & the movement. *Boston College Law Review*, 62(6), 1797–1864. <https://scholarship.law.georgetown.edu/facpub/2281>

Zarkov, D., & Davis, K. (2018). Ambiguities and Dilemmas Around #Metoo: #Forhow Long and #Whereto? *European Journal of Women's Studies*, 25(1), 3–9. <https://doi.org/10.1177/1350506817749436>

Zhang, L. (2017). Fashioning the feminine self in “prosumer capitalism”: Women’s work and the transnational reselling of Western luxury online. *Journal of Consumer Culture*, 17(2), 184–204. <https://doi.org/10.1177/1469540515572239>

Zimmerman, T. (2017). # Intersectionality: The Fourth Wave Feminist Twitter community. *Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture, and Social Justice*, 38(1), 54–70. <https://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/view/4304>